

A “descoberta” da infância ocidental na modernidade: quais crianças foram “colocadas nesse berço”?

Resumo

Este artigo faz algumas reflexões sobre a infância enquanto categoria social, tomando por base os estudos de Philippe Ariès. Suas pesquisas, realizadas na década de 1960, evidenciam, por exemplo, que nem sempre existiu cuidado e desvelo para com as crianças. Sua obra *História social da criança e da família*, amplamente discutida e inúmeras vezes citadas nos espaços acadêmicos, mostra que a infância, enquanto categoria social, e a criança, como figura dessa coletividade, foram descobertas somente no início da sociedade burguesa ocidental, sobretudo no final do século XVIII, e no começo do século XIX, na modernidade. Tal “descoberta” teria como base as práticas sociais dirigidas a essa nova categoria social composta por crianças e as renovadas demandas, pelo reconhecimento de suas necessidades, e, dentre elas, em particular a de merecerem atenção. Revisitar a obra de Ariès (1981) permitiu, primeiramente, retomar e ampliar a compreensão das contribuições de suas pesquisas referentes à infância; posteriormente, indicou que ainda há necessidade de sabermos mais sobre todas as crianças, suas diferentes infâncias, sejam as de ontem, sejam as de hoje.

Palavras-chave: História da infância; Criança; Modernidade.

Adriana de Souza Broering

Mestre em Educação pela
Universidade do Estado de Santa
Catarina – UDESC – Brasil
adrianabroering@gmail.com.br

Para citar este artigo:

BROERING, Adriana de Souza. A “descoberta” da infância ocidental na modernidade: quais crianças foram “colocadas nesse berço”? *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 270 – 285, jan./abr. 2015.

DOI: 10.5965/1984723816302015270

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723816302015270>

The "discovery" of childhood western in modernity: which children were "placed in this cradle"?

Abstract

This paper presents some reflections about the childhood as a social category, based on the Philippe Ariès studies. The studies realized, in the 1960s, by Philippe Ariès show e.g. that there was no care and devotion to children. His work *Social History of the Child and Family* deeply discussed and cited many times in the academic area, shows that the childhood as a social category, and the child as a figure of this group were only discovered in the beginning of western bourgeois society, especially at the end of the eighteenth century in the beginning of nineteenth-century, in the modernity. Such a "discovery" would be based on the social practices aimed at this new social category composed by children and the renewed demands, for recognition of their needs, and, among them, in particular to merit attention. Revisit the Ariès's work (1981) allowed, firstly, to resume and to maximize the understanding of his contributions related to childhood; their different childhood, such as those from yesterday as well as those from today.

Keywords: History of childhood; Children; Modernity.

1. Phillipe Ariès e a “descoberta” da infância

Evitar “etiquetas” é importante! Importante também é não perder de vista a ideia de que não há linearidade nos fatos históricos. Desta forma, ideias, hábitos, conceitos, valores sociais ou não são construídos ou se transformam ao mesmo tempo em todos os lugares. Uma atitude - mesmo algumas ações - não elimina diretamente os sentimentos contrários. Com essa clareza, buscaremos trilhar, na primeira parte do presente artigo, o caminho percorrido para “descobrir” a infância, tendo na mão como um verdadeiro “mapa” os registros realizados, evidenciados e anunciados na pesquisa de Philippe Ariès (1981)¹. Ao abordar os meios e os caminhos percorridos pela sociedade ocidental burguesa para que as crianças pudessem não só vir ao mundo e sobreviver, mas também para serem vistas em sua originalidade, especificidade e singularidade, Ariès (1981) utiliza a palavra “descoberta”. Por quê?

Valendo-se de fontes como a iconografia religiosa e leiga, diários de família, cartas, dossiês familiares, registros de batismo, inscrições em túmulos, suas pesquisas revelam a noção de infância como construção social. Dessa investigação é que surgem os primeiros trabalhos na área de História, que indicam o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII. O pesquisador francês defende a tese de que o surgimento do “sentimento de infância” acontece apenas no século XVII, junto com as transformações que começam a se processar na transição para a sociedade moderna. De acordo com sua interpretação, o sentimento de amor pelas crianças foi, durante muitos séculos, despercebido, sufocado, chegando mesmo a não existir.

É importante assinalar que a família antiga tinha por missão “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem e, mais ainda, uma mulher isolados não podiam sobreviver (ARIÈS, 1981, p. 11), cabendo-lhes, além disso, nos casos de crise, proteger a honra e a vida. Portanto, a família

¹ A ideia não é “resenhar” a obra de Ariès, mas trazê-la fortemente para, a partir dela, problematizar o que ele chamou de “descoberta” da infância, questionando, sobretudo, o risco que significa a interpretação unidirecional de um sentimento de infância, como aponta Ariès.

ainda não cumpria a função afetiva, sendo sustentada por laços sociais e não sentimentais, embora isso não queira dizer que não houvesse amor.

Ariès, embora utilizando a iconografia como fonte de pesquisa, deixa claro que nenhum documento poderia dar “uma ideia mais nítida da total ausência do sentimento moderno da infância nos últimos anos do século XVI e início do século XVII” (p. 125). Referia-se ao diário de Heroard, médico de Henrique IV, que anotou os fatos corriqueiros da vida do jovem Luis XII. Seguiremos a trajetória de descobertas em sua obra e evidenciaremos os fatos que mais se destacam nessa leitura.

O primeiro fato que pode chocar um leitor da atualidade é a constatação de que as crianças não tinham valor! Ariès (1981) destaca haver encontrado em documentos do século XVII relatos que confirmam uma ideia que durante muito tempo permaneceu com força: podia-se “produzir” várias crianças para conservar apenas algumas, em vista da mortalidade infantil, e da luta pela sobrevivência. Desta maneira, “as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual” (AIRES, 1981, p. 57).

Há mesmo um “abismo que separa a nossa concepção da infância anterior à revolução demográfica ou aos seus preâmbulos” (AIRES, 1981, p. 57). Como nos surpreender diante daquela “insensibilidade”, sabendo das condições demográficas da época? Diante desse fato, Ariès é de opinião que nos devemos surpreender, sim, mas, segundo suas palavras, é “com a precocidade do sentimento da infância, enquanto as condições demográficas continuavam a ser ainda tão pouco favoráveis” (AIRES, 1981, p. 58).

Ele observa, no campo da arte, que por muito tempo as crianças não eram retratadas; mais tarde, até por volta do século XIII, ainda eram representadas como adultos, só que em estatura menor. Era como se se negassem a olhar para elas, pois não tinham interesse em observar como era o corpo de uma criança. Ainda “por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (AIRES, 1981, p. 50). Por que as crianças não eram representadas? Certamente não era por falta de

competência dos artistas. O fato é que, provavelmente, não havia lugar para elas naquele momento histórico.

Não se pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido, se tivesse se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. Primeiro, porque a infância era apenas uma fase sem importância, não fazendo sentido fixá-la na lembrança; segundo, porque a criança morta não era considerada digna de lembrança. Ele correlaciona o aparecimento da criança com o retrato. Afirma que “o gosto novo pelo retrato indicava que a criança começava a sair do anonimato em que a sua pouca possibilidade de sobreviver a mantinha” (AIRES, 1981, p. 58). O pesquisador salienta que esse fato acontece ainda numa “época de desperdício demográfico” e que, ainda assim, havia-se alterado o sentimento, que se apresentava como desejo de fixar os traços de uma criança, independente de ela continuar a viver ou de vir a morrer, pelo desejo de lhe conservar a lembrança.

Somente no século XII “surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno” (AIRES, 1981, p. 52). Primeiro, eram anjos, representados como jovens; em seguida, meninos já grandes, mas com traços mais arredondados. Um tipo que se tornaria frequente no século XIV foi a representação que viria a ser “o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus ou Nossa Senhora menina” (AIRES, 1981, p. 53). O fato é que, “com a maternidade da virgem, a tenra infância ingressou no mundo das representações. No século XIII, ela inspirou outras cenas familiares” (AIRES, 1981, p. 53). Um “terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica: a criança nua. O menino Jesus quase nunca era representado despido. [...] Ele só se desnudaria no final da Idade Média” (AIRES, 1981, p. 53).

Em suas análises, Ariès (1981) também indica que “a indiferença marcada que existiu até o século XIII” em relação às crianças e a suas características próprias, suas singularidades, “não aparece apenas no mundo das imagens: o traje da época comprova o quanto a infância era então pouco particularizada na vida real” (AIRES, 1981, p. 69). Na iconografia, a não ser quando se tratava da Nossa Senhora menina, as crianças, assim que deixavam os cueiros, eram vestidas como os homens. Com o passar do tempo, os hábitos

de vestir foram sendo alterados entre os mais abastados, enquanto os pobres continuavam vestindo o que se lhes dava. Ariès (1981) chama a atenção para a observação desse elemento, dizendo que “não são apenas uma frivolidade.” Mais do que isso, contribuem para a “compreensão daquilo que ele representava” (AIRES, 1981, p. 73). Ora, agindo dessa maneira, “elas conservavam o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através dos trajes, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras” (AIRES, 1981, p. 81).

O século XIV trouxe marcado em sua iconografia o tema da infância sagrada. Isso tenderia a se ampliar e a se diversificar. Tamanha produção é “testemunho do progresso na consciência coletiva desse sentimento da infância, que apenas um observador atento poderia isolar no século XII, e que não existia de todo no século XI” (p. 54). Philippe Ariès foi, sem dúvida, um observador atento. Não deixou escapar o fato de que a utilização dessas figuras, sagradas nesse período, especialmente no mundo ocidental, demonstrava a ampliação do interesse por essa idade, o que explicaria seu mais frequente registro.

Outra observação é de que nas telas se enfatizam gestos ternos, tanto da criança para com o adulto, quanto do adulto para com ela. Esses registros se mantiveram por muito tempo dentro desse aspecto mais religioso; mais tarde, porém, “a verdade é que o grupo da Virgem com o menino se transformou e se tornou cada vez mais profano: a imagem de uma cena da vida quotidiana” (AIRES, 1981, p. 54). No início, timidamente; mas logo “a infância religiosa deixou de se limitar à infância de Jesus”. Da infância da Virgem, passou-se a outras infâncias santas (AIRES, 1981, p. 54 -55).

Observa-se, também, que “a popularidade das ‘idades da vida’ tornou este um dos temas mais frequentes da iconografia profana” (AIRES, 1981, p. 39). Foi desde o século XII, mas, sobretudo, “no século XIV, que essa iconografia fixou seus traços essenciais, que permaneceram quase inalterados até o século XVIII” (AIRES, 1981, p. 39). As pinturas representavam atribuições para cada etapa da vida. Desta forma:

A repetição dessas imagens, pregadas nas paredes ao lado dos calendários, entre os objetos familiares, alimentava a ideia de uma vida dividida em etapas bem delimitadas, correspondendo a modos de

atividade, a tipos físicos, a funções, e a modas no vestir. A periodização da vida tinha a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade. (ARIÈS, 1981, p. 40)

O pesquisador escreve que, para ele, o século XIV parece ter sido o momento mais forte, identificando, inclusive, o aparecimento dos túmulos com figuras de criancinhas. No século XV, observa outra representação de criança: o *putto*, ou a criança nua, ainda desconhecida, mas que começava a invadir a pintura. “Assim como a criança medieval, criança sagrada ou alegoria da alma, ou ser angélico, o *putto*, nunca foi uma criança real, histórica, nem no século XV, nem no século XVI” (AIRES, 1981, p. 63). Nos séculos XV e XVI, a iconografia migra da temática religiosa para a leiga. No início do século XVI, a família também se separa da parte religiosa. Nesse período, a criança é bastante representada de forma anedótica, diz o pesquisador.

A criança com sua família; a criança com seus companheiros de jogos, muitas vezes adultos; a criança na multidão, mas ‘ressaltada’ no colo de sua mãe ou segura pela mão, ou brincando, ou ainda urinando; a criança no meio do povo assistindo aos milagres ou aos martírios, ouvindo prédicas, acompanhando os ritos litúrgicos, as apresentações de um pintor; ou a criança na escola, um tema frequente e antigo, que remontava ao século XIV e que não mais deixaria de inspirar as cenas de gênero até o século XIX. (ARIÈS, 1981 p. 55)

Foi através da observação atenta dessa iconografia que ele levantou duas importantes ideias: “na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos”; a outra era a de que “os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça ou por seu pitoresco” (AIRES, 1981, p. 55), coincidindo, nos séculos XV e XVI, com o “sentimento da infância engraçadinha”. A construção desse novo sentimento pode ser observada também quando o primeiro nome da criança não passava de uma designação muito imprecisa, sendo necessário completá-lo por um sobrenome de família, ou, muitas vezes, pelo nome de um lugar. Parece ter sido uma maneira de singularizar esses sujeitos. Depois disso, a precisão foi ampliada, tornando-se conveniente acrescentar um caráter numérico, e aí se começam a observar as idades. Neste caso, a

exatidão do número aparece na idade; “o nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição” (AIRES, 1981, p. 30). O que vemos hoje é que “nossos hábitos civis estão ligados ao mesmo tempo a esses três mundos” (AIRES, 1981, p. 30).

No século XVII nasce o costume de registrar a família. “Cada família agora queria possuir retrato de seus filhos, mesmo na idade em que eles ainda eram crianças” (AIRES, 1981, p. 61). Um fato bastante significativo observado pelo pesquisador é que a criança era representada no centro da composição. Um costume que, na verdade, nunca mais desapareceu. Ariès registra que no século XIX este costume foi substituído pela fotografia, “mas o sentimento não mudou”.

“Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. No latim dos colégios, empregavam-se indiferentemente a palavra *puer* e a palavra *adolescens*” (AIRES, 1981, p. 41). Até esse século, “conhecia-se apenas a palavra *enfant* (criança)”. Esta palavra também “era empregada nos séculos XIV e XV como sinônimo de outras palavras, tais como *valets*, *valeton*, *garçon*, *filis*, *beau fils*” (AIRES, 1981, p. 41). Mas “durante o século XVII, houve uma evolução: o antigo costume se conservou nas classes sociais mais dependentes, enquanto um novo hábito surgiu entre a burguesia, onde a palavra infância se restringiu a seu sentido moderno” (AIRES, 1981, p. 42). Ariès (1981) indica que essa longa duração da infância tem relação direta com a indiferença da época pelos fenômenos biológicos.

Não se pensava em limitar a infância pela puberdade. A ideia da infância estava ligada à ideia de dependência: as palavras *filis*, *valets* e *garçons* eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência. Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos degraus mais baixos da dependência. (ARIÈS, 1981, p.43)

Nessa mesma época:

[...]nas famílias nobres em que a dependência não era senão uma consequência da invalidez física, o vocabulário da infância tendia quase sempre a designar a primeira idade. No século XVII, seu emprego tornou-se mais frequente: a expressão '*petit enfant*' (criança pequena ou criancinha) começou a adquirir o sentido que lhe atribuímos. (ARIÈS, 1981, p. 43)

No referido período, a língua inglesa também não dispunha de designações para chamar as crianças maiores. “A palavra *baby* se aplicava também às crianças grandes” (AIRES, 1981, p. 44). Já em francês havia expressões como *poupart*, “que pareciam designar crianças bem pequeninas”. Mas essa ainda não era a palavra que designaria um bebê (AIRES, 1981, p. 44). Para designar a criança pequena, pela qual começava a surgir um novo interesse, a língua francesa tomou emprestadas expressões de outras línguas. “Foi o caso do italiano *bambini*, que daria origem ao francês *bambin*” (AIRES, 1981, p. 45). Observa-se, porém, a ausência de uma palavra que designasse a criança em seus primeiros meses de vida. Esta falta só foi suprida no século XIX, “quando o francês tomou emprestado do inglês a palavra *baby*” e, desta forma, a palavra que nos séculos XVI e XVII designava as crianças em idade escolar transformou-se, em francês, em “*bébé*” e esse foi o termo utilizado dali para frente para se referir às crianças bem pequeninas.

Podemos observar que tanto a infância demorou para ser “descoberta”, quanto a adoção de um vocabulário próprio para designar essa primeira infância. Isto acontece com frequência até hoje. As coisas que não existem normalmente não têm nome. Assim, se as crianças não eram consideradas, não existiam; por isso, não haveria motivos que justificassem nomes para designá-las. São verdadeiras minúcias, mas que, evidenciadas pelo pesquisador, podem fazer muito sentido, mesmo nos dias de hoje. Ele registra “a importância do século XVII na evolução dos temas da primeira infância” (AIRES, 1981, p. 65), como já mostramos:

[...] embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em

reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. (ARIÈS, 1981, p. 61)

Outra grande novidade do século XVII: “a criança é representada sozinha e por ela mesma” (AIRES, 1981, p. 60). Aparecem e firmam-se nesse período novos nomes para designar as crianças: “*Bambins, pitchouns e fanfans.*” Têm-se os registros também de outros termos infantis que surgiram, “e que continuam vivos até hoje: *toutou* (au-au) e *dada* (cavalinho)” (AIRES, 1981, p. 67). Todos estes fatos vão evidenciar que “a descoberta da infância começou sem dúvidas no século XVII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e da iconografia entre os séculos XV e XVII” (AIRES, 1981, p. 65). Ariès constrói todo um caminho. Encontra a criança que saiu do seu antigo anonimato e mostra a organização da família em torno dessa criança, fato absolutamente novo naquele momento histórico.

Em toda a trajetória histórica percorrida pela criança há, certamente, passagens entre um estágio e outro, equivalências e transmissões nos usos e apropriações de formas sociais e até mesmo permanências no tempo que não podem ser assim tão facilmente identificadas. Na reconstrução dessa descoberta, é importante destacar que os fatos históricos não são lineares e que as mudanças numa sociedade não se operam ao mesmo tempo em todos os lugares. Mesmo hoje, com o advento da globalização, apesar de as alterações e mudanças de comportamento poderem ser até mais aceleradas, ainda assim não se podem generalizar. O que deve prevalecer na análise dessa elaboração é a observação de que, em maior ou menor grau, há mais clareza a respeito do processo de construção da sociedade e da “descoberta” dessa categoria construída histórica e socialmente, fruto da dinâmica das relações sociais: a categoria social de tipo geracional que hoje chamamos infância.

2. Ausência de evidências ou evidência de ausências: as outras infâncias

A história da criança é registrada a partir do olhar dos adultos (KUHLMANN, 2001). Desta maneira, ao se caracterizar a falta de uma história da infância, bem como seu

registro historiográfico tardio, pode ficar evidenciada a incapacidade, por parte do adulto, de ver a criança em sua perspectiva histórica. Somente nos últimos anos esse campo rompeu com as rígidas regras da investigação tradicional, institucional e política, para abordar temas e problemas vinculados à história social. Tratamos de evidenciar as descobertas de Ariès (1981), particularmente por ter sido um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre o tema. Nesta parte do trabalho, recolheremos críticas e reflexões que apareceram a partir da publicação de sua obra. Também faremos nossas reflexões a respeito do que podemos fazer para seguir avançando no processo de “descoberta” da infância.

Philippe Ariès (1981) é uma referência amplamente utilizada em relação ao tema da infância, mas também é uma obra que, apesar disso e por isso, recebe algumas críticas. Estas enfatizam tanto a visão histórica linear, quanto seus limites metodológicos. Sarat (2005, p. 2) afirma que foi Ariès (1981) quem lançou as bases para esta discussão, mas “atualmente outras pesquisas discordam de sua premissa, localizando a infância e a preocupação com a criança como um conceito que se forma em períodos anteriores ao moderno”.

Moysés Kuhlmann Jr., em sua obra *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica* (2001), também ressignifica a tese defendida por Phillippe Ariès (1981). Sem negar as contribuições desse autor, aponta as contribuições de pesquisadores como Cambi e Ullivieri. Na sua obra, apresenta muitas pesquisas, dentre as quais cita Gélis (1991), Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon (1994). Segundo indica, todos eles têm realizado novas reinterpretações em seus estudos ao procurar a infância em períodos anteriores, dando voz a diferentes documentos históricos, conseguindo identificar a percepção da infância pelos adultos em idades ainda mais remotas, o que comprova que as fontes “não estavam mudas” em relação à infância em outros períodos históricos (KUHLMANN, 2001).

A ideia e a construção de Ariès (1981), ao colocar o século XVII como o marco do nascimento da infância, é questionada e com isso também a perspectiva da negação da infância na pré-modernidade. Há concordâncias sobre a inexistência desse conceito, mas discordâncias de que tal consciência tenha emergido somente no século XVII. A

possibilidade de haver existido algum reconhecimento da infância como etapa diferente da vida adulta nesse período parece ser mais consensual.

Ariès, na segunda edição brasileira de *História Social da Criança e da Família*, de 1981, possivelmente percebendo esses apontamentos feitos por outros pesquisadores, deixa transparecer que se pudesse reescrever sua obra não enfocaria mais tanto o marco zero do surgimento dessa idade. “Se tivesse de escrever este livro hoje, eu me precaveria melhor contra a tentação da origem absoluta, do ponto zero, mas as grandes linhas continuariam as mesmas. Levaria em conta apenas os dados novos, e insistiria mais na Idade Média e em seu outono tão rico” (ARIÈS, 1981, p. 17). No entanto, a crítica vai além do “marco zero”. Alguns estudiosos defendem que talvez a ideia de infância tenha derivado outras formas nas culturas ignoradas pela modernidade.

Observar e considerar as críticas e as fragilidades tecidas sobre o seu trabalho só vem enfatizar a responsabilidade com que desempenhou seu papel. Entendemos também que, sendo a história uma representação social, toda história será sempre uma parte do que aconteceu, e, desta forma, é fato que só podemos realizar algumas avaliações e críticas justamente porque temos esse estudo desbravador de Ariès (1981). Um fato, talvez consenso entre a maioria dos pesquisadores, é de que não foi “a descoberta” que veio “salvar” as crianças. Mesmo depois do aparecimento do conceito de infância, da ideia de responsabilidade dos pais e do Estado, as crianças, constituídas como categoria social, prosseguem sendo um dos principais grupos oprimidos. Como romper com seu estado de submissão e dependência?

Seguindo a perspectiva evolucionista, de um percurso de mais de 40 mil anos registrados pela raça humana, este ser de pouca idade não foi e não é visto da mesma forma. Há consideráveis variações referentes não só ao tempo, mas também ao espaço e à cultura do lugar de origem da criança. Os registros encontrados na busca das evidências da passagem do homem sobre a Terra vêm de longa data; mas as evidências das ausências, especialmente das civilizações que não conseguiram desenvolver códigos escritos e assim não conseguiram marcar suas presenças com mais força nessa história, levam-nos a crer que muito pode ter sido perdido justamente pela ausência dessas evidências. Estamos ainda muito condicionados a pesquisar utilizando as mesmas fontes,

embora a nova história cultural indique, como corrente historiográfica, a necessidade de alargar as fontes e propor-se como objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída; porém, ainda há muito que fazer no entendimento e interpretação do passado.

Entre as críticas à pesquisa de Ariès (1981) está o fato de ele não ter dado a devida importância às crianças das classes desfavorecidas, pois foca apenas o aparecimento da infância burguesa no mundo ocidental. Com essa linha de raciocínio, deixou transparecer a ideia de que a infância recém-descoberta era hegemônica. Os seus críticos se perguntam onde e como estariam as outras crianças.

Na leitura de sua obra, não pudemos deixar de pensar em como teria acontecido tanto do outro lado dessa classe social como “do outro lado do mundo”. Sua escolha, ou seu recorte, acarreta várias lacunas na construção da história das crianças e de suas infâncias. No ocidente, a infância começa a ser percebida a partir da Virgem Maria e do menino Jesus. Como teria acontecido nas civilizações regidas por outras lógicas ou outras crenças? Como a falta desse conhecimento pode repercutir nos dias atuais? Acreditamos que a concepção de que houve época e local determinado da “descoberta” possa colaborar com a reafirmação, assim como acontece hoje, de que existiria apenas uma infância, deixando de reconhecer sua pluralidade e suas diferenças.

Se é fato que as crianças estão ausentes da História até a Modernidade, pelo menos no recorte de Ariès (1981), também é fato que a história da infância é algo pouco discutido e pelo qual só recentemente começamos a nos interessar.

3. Considerações finais

Ariès evidencia que a forma de ser criança sofre permanentes mudanças ao longo da história. Em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1981), analisada no presente estudo, identificamos hábitos que foram sendo construídos naquela sociedade, como as ideias eram propagadas, como os conceitos eram elaborados. Ele pontuou

certas características históricas, situando-as como produto da História Moderna. Diante de todas as suas contribuições e descobertas e/ou partindo delas, continuar esse processo de investigação, que em última análise deseja conhecer cada vez melhor esses seres humanos de pouca idade, pode ser um bom convite para pesquisadores curiosos sobre o tema.

Observado o percurso até aqui percorrido, constata-se que ainda há muito a ser investigado e muito por ser feito nesse campo, até que mais infâncias possam ser descobertas e outras crianças possam ser incluídas “nesse berço”,² que cada dia mais tenta acolher, cuidar, proteger, dar vez e voz a elas. Certamente a história da criança, que começou a ser contada recentemente por historiadores, sociólogos, antropólogos, pedagogos, psicólogos e pesquisadores da área da educação, tem colaborado, sobretudo, para a ampliação dos conhecimentos relacionados às crianças e suas infâncias. Perceber, pesquisar e considerar seus antecedentes históricos é dar voz aos diferentes sujeitos que, de uma forma ou de outra, fizeram parte deste passado. Documentos, evidências, ausências, vestígios, tudo pode ser considerado como testemunho quando se busca observar o papel da criança numa sociedade. Afinal, como questiona Alan Prout (2004), seria ela que não fala ou os adultos que não a ouvem?

As pesquisas e teorias da área indicam que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente; cabe, assim, talvez neste momento, mais do que procurar respostas, elaborar perguntas. Para a ampliação do conhecimento sobre a criança que vive hoje, Corsaro (2003) defende que os estudos devam ser com e não sobre as crianças. Certamente, uma alteração significativa na metodologia de pesquisa, que considera importante inserir concretamente as crianças, assim como é importante seu papel em nossa atual organização social.

Acrescentamos a esta algumas outras reflexões. Qual seria nossa função como educadores do tempo atual? Que marcas estamos deixando na história das crianças do

² Considerando o berço como um lugar privilegiado onde as crianças recebem atenção, segurança, aqui utiliza-se a metáfora para ajudar a refletir sobre as crianças que puderam ocupar esse lugar, recebendo cuidado e educação seja em instituições, nas suas casas, e também com as políticas públicas, no decorrer da história.

presente e o que estamos fazendo dentro dos campos em que atuamos para colaborar por sua emancipação?

Atitudes de respeito, alteridade, compromisso profissional podem contribuir num processo no qual ações coletivas e/ou individuais podem abrir espaços para outras ações, colaborando para pensar nas diferentes infâncias, uma vez que, diante de tantas evidências, fica cada vez mais claro o fato de que haverá tantas infâncias quantas forem as concepções, práticas e discursos sobre ela.

Seguimos com a convicção de que todo o processo aqui explorado - tanto o vivido pelo ser humano de pouca idade durante a sua constituição física, quanto o ocorrido posteriormente, em que a preocupação se voltou ao seu desenvolvimento social, cultural, emocional, intelectual, psicológico - não é desconhecido do mundo acadêmico, nem se caracteriza como uma tese, mas é, sem dúvida, um assunto que precisa primeiramente ser reconhecido e, posteriormente, continuar a ser investigado. Defendemos que este tema deva ser exaustivamente aprofundado para que cada vez mais aumentem as reflexões sobre nossas ações junto às crianças, com e para elas. A reflexão sobre como os conceitos vão sendo forjados na história também evidencia que, como educadores, também somos parte dessa história e que as crianças de hoje podem ter uma infância diferente da que outras já viveram, desde que tenham, a seu lado e a seu favor, adultos comprometidos com suas causas e dedicados a elas. Que possamos seguir nesse processo educacional, cientes de que tudo o que fazemos deve ter um porquê e de que todas as nossas ações e escolhas podem alterar, positivamente ou não, o curso da história. A referência, no caso, não é à história da humanidade, mas em especial e diretamente a das crianças sob nossa responsabilidade e isso, diriam alguns, já é muito!

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

CORSARO, William. **A Pesquisa etnográfica realizada com as crianças de Infância nos EUA e em Itália**. Uminho: IEC, 2003 (texto digitado).

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P., CHARTIER, R. (Orgs.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.3, p. 311-29.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2. ed. 2001.

PROUT, Alan. **Reconsiderar a nova sociologia da infância**. Braga/ PT: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, 2004.

SARAT, Magda. Reflexões sobre a infância: Elias, Mozart e memórias de velhos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO, IX, Ponta Grossa: 2005. **Anais...** Disponível em: <http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais9/artigos/mesa_debates/art19.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012. p. 1-10.

Recebido em: 15/11/2012
Aprovado em: 01/04/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 16 - Número 30 - Ano 2015
revistalinhas@gmail.com